

ANA CAROLINA HOHMANN

O CONTRATO DE PROGRAMA NA LEI FEDERAL N. 11.107/05

Instrumento de cooperação interfederativa

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2016

Sumário

Apresentação.....	1
Prefácio.....	3
Introdução.....	7
1 A contratualização na Administração Pública	13
1.1 Um breve histórico sobre o contrato administrativo.....	13
1.2. Panorama atual dos contratos administrativos no direito brasileiro.....	27
1.3 O contrato administrativo em transformação: eclosão da Administração Pública consensual e contratualização da atividade administrativa.....	42
1.4 As novas modalidades contratuais administrativas e os contratos interadministrativos	60
1.4.1. Os contratos interadministrativos no direito europeu	69
1.4.1.1. <i>A experiência espanhola</i>	71
1.4.1.2. <i>A experiência francesa</i>	83
1.4.1.3. <i>A experiência italiana</i>	88
2 Competências federativas em matéria de serviços públicos: o modelo federalista e a divisão de competências na Constituição Federal de 1988.....	93
2.1 O modelo federalista	93
2.2. O Federalismo brasileiro.....	101
2.2.1 Repartição de competências no modelo federalista brasileiro.....	105
2.3 O Federalismo de cooperação	117
2.4 Cooperação e o ordenamento jurídico brasileiro	128

3 O contrato de programa e a prestação de serviços públicos em regime de gestão associada, instituída pela Lei Federal n. 11.107/05	141
3.1 A Lei Federal n.º 11.107/05, que regulamenta os consórcios públicos.....	141
3.1.1 Aspectos formais da Lei federal n.º 11.107/05	144
3.1.2 Aspectos materiais da Lei federal n.º 11.107/05	151
3.2 O contrato de programa e a prestação de serviços públicos em regime de gestão associada	171
3.2.1. Gestão associada de serviços públicos.....	175
3.2.2 O contrato de programa na legislação brasileira	190
3.3. Instrumentos anteriores ao contrato de programa para viabilizar a gestão associada de serviços públicos...	211
4 A prestação de serviços públicos sob regime de gestão associada por meio do contrato de programa: experiências na Administração Pública brasileira na seara do saneamento básico	227
4.1 A Lei Federal n.º 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico	228
4.2 A experiência paulista: o contrato de programa celebrado entre os municípios do estado de São Paulo e a SABESP	247
4.3 A experiência pernambucana: o contrato de programa celebrado entre o município do Recife e a COMPESA....	269
4.4 A experiência de Curitiba e região metropolitana: o consórcio intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos urbanos	293
Conclusão	303
Referências	309